

# Aliados esquecem críticas e defendem pacote

Ed Ferreira/AE

*Tucanos e pefelistas que eram contra aumento de impostos pregam solidariedade ao governo*

CHRISTIANE SAMARCO

**B**RASÍLIA — Os aliados do PFL e PSDB que na última semana declararam-se contra o aumento de impostos e preocupados com os cortes nos investimentos já dão sinais de que vão mesmo se render à realidade, como recomendou o presidente Fernando Henrique Cardoso. Abrindo uma exceção para o aumento do Imposto de Renda para pessoas físicas, criticado pelo presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), os líderes dos dois partidos aliados deixaram de lado os rigores da doutrina liberal e da social-democracia para defender solidariedade ao pacote econômico do governo.

“Esqueçamos um pouco a doutrina, porque ela tem de se adaptar aos novos tempos”, recomendou o deputado José Lourenço (PFL-BA). “Ser social-democrata não é pregar o Estado generoso e bonachão”, disse o secretário-geral do PSDB, deputado Arthur Virgílio Neto (AM). “O problema não é ideológico, é programático”, resumiu o vice-presidente do PSDB, deputado

Arnaldo Madeira (SP), ao assegurar a solidariedade dos tucanos ao programa do presidente.

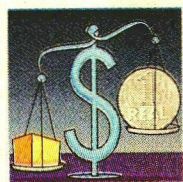
O presidente do PFL, deputado José Jorge (PE), advertiu que “o que mais pega” no seu partido é o aumento de impostos. “Mas temos de reconhecer que até nisso o pacote surpreendeu positivamente; esperávamos coisa pior”, confessou, ao salientar que a resistência do PFL deve ter “interferido” para amenizar a dureza das medidas. E considere-se, aí, a pregação da *Cartilha PFL 2000*, contra uma “interpretação

pronta e acabada do universo”. A cartilha ensina que a doutrina liberal fundamenta-se na convicção de que o universo humano é dinâmico e, portanto, passível de aprimoramento.

“A doutrina liberal não pactua com impostos e o liberalismo defende outro processo político, que passa pelo Congresso”, observou José

Lourenço. Mas ele garantiu que não subirá à tribuna para criticar o governo. Ao contrário, aposta no apoio do partido, porque a globalização exige agilidade do governo. “As medidas são duras, mas nos países que se recusaram a adotá-las o custo foi muito mais alto”, disse, ao citar os exemplos do México e da Indonésia.

O alto tucanato começou o dia discutindo os termos do apoio oficial do partido ao pacote eco-



**MOMENTO  
DIFÍCIL TORNA  
DOCTRINA  
SECUNDÁRIA**



Antônio Carlos: senador aponta a única medida rejeitada pela base governista no Congresso

nômico. Os dirigentes do partido queriam deixar claro que o PSDB está aliado ao presidente neste momento decisivo.

**Matriz** — “Foram medidas de gestão do programa, e não mudanças de rumo”, salientou Arthur Virgílio. “É dever dos liberais e dos social-democratas apoiar as medidas do governo.” Segundo ele, a social-democracia à moda antiga, com o Estado paternalista, fracassou na matriz, a

Europa: “O novo Estado exige que a economia se discipline para servir aos cidadãos.”

Na falta das reformas fundamentais ao governo, como a administrativa e a previdenciária, o vice-presidente e o secretário-geral do PSDB não vêem contradição ideológica entre o pacote econômico e a social-democracia. “O presidente está correto porque pediu reformas que não vieram e o Estado não pode dar garantias sociais ao cidadão sem

ter correspondência da política econômica”, defendeu Virgílio.

O secretário-geral dos tucanos lembra que até os teóricos da social-democracia, como o italiano Norberto Bobbio, falam da necessidade de cumprir reformas liberais para se chegar ao Estado social-democrata. A “lembança” resume a trajetória do próprio Bobbio, que nasceu liberal e deu uma guinada para a esquerda, optando pela vertente social-democrata.